

FACULDADE DE AGRONEGÓCIO DE PARAÍSO DO NORTE

PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE AUTO-AVALIAÇÃO – FAPAN.



Paraíso do Norte – Pr. AGOSTO 2009

TÍTULO:

CPA FAPAN – Programa de Avaliação Institucional da FAPAN 2009-2013.

INSTITUIÇÃO

Faculdade Agronegócio de Paraíso do Norte

ENDEREÇO:

Rua: Olavo Bilac nr 78

CEP: 87780-000

CIDADE: PARAISO DO NORTE - PR

CORPO DIRETIVO – MANTENEDORA

IPNEC – INSTITUTO PARAISO DO NORTE DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Diretor Geral: . José Sebastião Marinelo

Diretor Administrativo: Carlos Alberto Vizzotto.

Diretor Financeiro: Luiz Alberto Tozin Zucolli.

CORPO DIRETIVO - Faculdade Agronegócio de Paraíso do Norte - FAPAN

Diretor Acadêmico: Prof. Marco Aurélio Claudino da Silva.

Secretária Acadêmica: Prof^a. Sara Andrade Santos Fordiani

Coordenador do Curso de Administração e Contabilidade: Prof. José Plínio Vicentini.

Diretor de Pós-graduação e Extensão: Prof. Lucio Sanches

ÓRGÃO COORDENADOR DO PROGRAMA - CPA

<i>PARTICIPANTES</i> <i>Professores (ES) (as)</i>	<i>- Cargo</i>
Célia Martelli Biazebete	Coordenadora da CPA
Marcelo Weihmayr da Silva	Secretário
Claudinei Donizete Marcondes	Membro representante do Corpo Docente
Sara Andrade Santos Fordiani	Membro representante do Corpo Técnico-Administrativo
Sérgio Bento Lolli	Membro do Corpo Discente

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS NORTEADORES	3
3. OBJETIVOS.....	8
3.1 Objetivo geral.....	8
3.2 Objetivos específicos	8
3.3 - Missão.....	8
3.4 - Princípios.....	9
4. JUSTIFICATIVA	9
5. AUTO-AVALIAÇÃO (AVALIAÇÃO-INTERNA).....	11
5.1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	11
5.2 Políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão.	12
5.3 Responsabilidade social.....	15
5.4 Comunicação com a sociedade.	16
5.5 Políticas de pessoal.....	16
5.6 Organização e gestão da IES	17
5.7 Infra-estrutura física, biblioteca, recursos de informação e comunicação.....	18
5.8 Planejamento e avaliação.....	18
5.9 Políticas de atendimento a estudantes e egressos.	19
5.10 Sustentabilidade financeira	20
5.11 Inserção e participação regional.....	20
6. AVALIAÇÃO EXTERNA.....	21
6.1 ACG – Avaliação dos Cursos de Graduação.....	21
6.2 ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.....	21
6.3 Avaliação dos cursos de pós-graduação lato sensu.....	22
7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CPAFAPAN.....	22
7.1 Cronograma Geral	22
7.2 – Cronograma de auto-avaliação	22
7.2.1 - 1ª etapa: Preparação, Planejamento, Sensibilização. ..	22
7.2.2 - 2.ª etapa: Desenvolvimento	23
7.2.3 - 3.ª etapa: Consolidação.....	23
8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

1. APRESENTAÇÃO

A Avaliação Institucional é um processo imerso em aspectos ideológicos, políticos, econômicos, culturais, dentre outros. Conforme HUGUET (p.15), ao discorrer sobre Auto-Avaliação Institucional conceitua que é um processo interno, configurado com padrões próprios da instituição, não tem caráter público e sem propósito de comparação com outras instituições.

Segundo RIBEIRO (2000, p.15), A avaliação é um instrumento fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade. Para a universidade, instituição cuja razão de ser encontra-se na prestação de serviços de qualidade à sociedade, buscando sempre a excelência na produção, sistematização e democratização do saber. O propósito da Avaliação Institucional deve ser o de conduzir ao aperfeiçoamento constante dos empreendimentos humanos.

Os princípios mais importantes da Auto-Avaliação Institucional que explicam a natureza deste processo, sua necessidade para o desenvolvimento institucional e razão de ser, são expressas pelos objetivos fundamentais de Auto-Referência, Auto-Análise e Auto-Desenvolvimento.

De acordo com SAUL, 1988; CINDA, 1994; OROZCO, 1994; TUBINO, 1997; SGUISSARDI, 1997; BERNHEIM, s/f; HUGUET, s/f; LEITE, 1998; IANNONE, 1999; RISTOFF, 2000- 2002; RISTOFF e COELHO, 2000; BALZAN, 2000; MASSI 2001; RIBEIRO 2000-2002; DIAS SOBRINHO, 2000-2002; dentre outros, a capacidade de Auto-Referência dos problemas e da realidade institucional é um objetivo fundamental, pois todo processo genuíno de Auto-Avaliação institucional tem que levar em consideração os indicadores internos e externos.

Priorizando os indicadores internos que são relevantes para o desenvolvimento da instituição. Uma das metodologias utilizadas no processo de Auto-Avaliação Institucional é a Metodologia do Grupo Focal que possibilita identificar, analisar e entender a realidade institucional utilizando-se de indicadores internos e externos, com ênfase nos indicadores internos, construídos de forma participativa e valorizando a análise histórica de outros momentos avaliativos vividos na instituição.

É fundamental em um processo de Auto-Avaliação ocorrer a participação efetiva da comunidade institucional, pois esta assegura

a Auto-Análise: a instituição se pensa, repensa e viabiliza planos de ação que impliquem em mudança e desenvolvimento.

A Auto-Avaliação Institucional a partir das contribuições dos princípios metodológicos da FAPAN assegura e privilegia o discurso e as percepções dos atores sociais da realidade estudada. A participação é real em um processo de Auto-Análise, coletando, analisando e emitindo parecer frente às informações levantadas em entrevistas coletivas em uma perspectiva sócio-qualitativa.

Outro objetivo fundamental da Auto-Avaliação Institucional explicita a natureza do processo que é a necessidade de potencializar e desenvolver as pessoas da instituição e, conseqüentemente a própria instituição.

A FAPAN por ser uma técnica sócio-qualitativa, coletiva, dinâmica e que promove a sinergia entre os componentes do grupo investigado, valoriza a palavra dos atores sociais reconhecendo-os como *expert* de sua própria realidade o que propicia o Auto-Desenvolvimento.

O próprio ato de avaliar é um momento intencionalmente pedagógico e de potencialização dos recursos humanos, tomando-se como Auto-Referência, e alcançando a Auto-Análise para assim se desenvolver e buscar a excelência.

O Auto-Desenvolvimento traz as diretrizes para mudanças que contribuem para o aperfeiçoamento, desenhando políticas, planejamentos, redimensionando recursos, acordos de cooperação interinstitucionais e outras ações que incrementam a qualidade acadêmica.

Uma instituição que se propõe viver um processo de Auto-Avaliação Institucional precisará planejar as etapas deste processo a fim de alcançar sucesso, sendo estas: preparação; elaboração do projeto; de organização do processo; de condução do processo; resultados e informes; validação; plano de ações e tomada de decisões em uma lógica permanente.

Os maiores problemas da Auto-Avaliação Institucional, tal como esta vem sendo implantada em diversos contextos universitários, estão vinculados à falta de capacitação, de preparação adequada da equipe avaliadora; à centralidade do processo na formulação de um diagnóstico que não se reverte em implementação de mudanças e desenvolvimento institucional; à crença de que os

questionários são instrumentos que asseguram a participação, o que não tem sido demonstrado em seus resultados; resultados sem continuidade, sem validação de pares externos.

A Auto-Avaliação Institucional pode utilizar-se de diferentes instrumentos para coleta e análise dos dados e informações, porém o presente estudo compreende que a Metodologia da FAPAN é relevante e fundamental para atingir os objetivos fundamentais de Auto-Referência, Auto-Análise e Auto-Desenvolvimento.

Diante destes fatos a FAPAN entende que o projeto solicitado pelo SINAES, deve ser inovador e sempre buscar a qualidade do ensino, desta forma, foi desenvolvido pela CPA da FAPAN este projeto e tem como objetivo apresentar uma proposta para o desenvolvimento da auto-avaliação como exigência parcial da AVALIES. A elaboração desse projeto e sua conseqüente execução estão previstas na Lei Nº. 10.861, de 14 de abril de 2004.

De acordo com a Lei, o SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Além disso, conforme Art. 2º, parágrafo único da referida Lei, os resultados da avaliação conduzida pelo SINAES (AVALIES, ACG, ENADE) "constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação".

Nesse sentido, o projeto que a **FAPAN** ora apresenta reflete um esforço necessário para a consolidação da melhoria da qualidade da educação superior no Brasil.

2. CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS NORTEADORES

Para a FAPAN, a avaliação institucional é concebida como um processo sistemático de busca de subsídios para a melhoria e o

aperfeiçoamento da qualidade institucional, incidindo sobre processos, fluxos, resultados e estruturas. Visa garantir que o processo de planejamento seja cada vez mais eficiente, por meio da identificação de potencialidades e de oportunidades de melhoria, da sugestão de diretrizes e critérios para políticas e metas. É um processo indispensável para a tomada de decisão por parte das instâncias da Instituição.

Essa concepção emerge do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), em que a FAPAN se define como uma Faculdade, produtora de um saber de qualidade, comprometida com a ampliação do horizonte de liberdade da humanidade e com a promoção do desenvolvimento das regiões em que atua. À instituição atribui-se compromissos básicos com: a qualidade, a democracia, a comunidade, a realidade regional e a manutenção de suas características.

Os propósitos que norteiam a FAPAN, e que devem estar presentes em todas as suas ações, servem de subsídio para a consolidação de suas práticas avaliativas tais como: contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade livre, igualitária, pluralista, ética e preocupada com a defesa do ser humano e da natureza; contribuir para o avanço científico e tecnológico comprometido com o desenvolvimento social, cultural e econômico da região, oferecer formação integral, visando a capacitação profissional e o pleno exercício da cidadania; buscar permanentemente a excelência ao desenvolver de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, garantir gestão democrática e transparente, tendo fins lucrativos, mas respeitando sempre as questões sociais da região e buscando sempre um equilíbrio econômico-financeiro, com a responsabilidade social.

Entendida como parte do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da FAPAN e, conseqüentemente do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a avaliação institucional constitui-se em alicerce fundamental na gestão da FAPAN. É por meio dela que criam-se condições de verificar qual a eficácia da configuração institucional adotada, sua adequação aos objetivos institucionais, sua relação entre as definições contidas nas declarações de missão e da concepção da FAPAN e a prática efetiva do cotidiano.

Identificadas e analisadas as necessidades e possibilidades de reestruturação institucional, para melhor adequação às exigências e demandas da região e da sociedade brasileira, são implementadas ações necessárias para a obtenção de maior

qualidade em todas as atividades e nos processos desenvolvidos pela FAPAN para o alcance de seu projeto institucional.

Parte da literatura tem vinculado avaliação à qualidade, como se a primeira garantisse a segunda. Para superar essa relação mecânica deve-se refletir sobre o significado de qualidade. Na concepção adotada para o processo de avaliação institucional da FAPAN, a qualidade é entendida, acompanhando a formulação de Pedro Demo (1991), como o resultado de dois componentes inseparáveis: qualidade formal e qualidade política.

Qualidade formal é a competência técnica, o domínio do estado da arte, o atendimento ou a superação das especificações ou das expectativas. Já a qualidade política exige o conhecimento das determinações e dos condicionamentos sociais, econômicos e políticos dos processos. É a capacidade de ter projeto próprio, de propor, de ser autônomo em termos intelectuais, éticos e políticos. Esse é o principal componente da qualidade e, sem dúvida, no caso da avaliação institucional, essa qualidade política deriva da existência de um projeto institucional. Os princípios, os compromissos e, especialmente, a missão e a visão de futuro da instituição são referenciais básicos para o seu projeto de avaliação.

O propósito da avaliação institucional na FAPAN é promover as condições para que a Instituição consiga identificar as suas práticas, refletir sobre os seus limites e suas possibilidades, explicitar as suas políticas, os seus objetivos e o seu projeto para o futuro. Nesse sentido, o Programa de Avaliação Institucional fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I. **Avaliação como processo político e técnico:** para Sobrinho (2000:89), em toda avaliação da educação superior, "ainda que seja uma questão técnica, muito mais importante é a sua ação e seu significado político". Nesse sentido, todo processo avaliativo comporta duas dimensões distintas e complementares: uma dimensão política e uma dimensão técnica. A avaliação institucional comporta ações de grande impacto na transformação da FAPAN. Essas ações ultrapassam a discussão de limites técnicos e ganham força nas questões de fundo, alimentada por valores políticos e filosófica. Nesse sentido, a FAPAN entende que no processo avaliativo manifestam-se as tensões decorrentes dos interesses e das disputas, próprios do ambiente acadêmico e do ambiente social. Toda avaliação implica julgamentos de valor e posicionamentos de ordem política que ultrapassam limites técnicos.

- II. **Avaliação como processo complexo, sistemático, reflexivo e compreensivo:** a complexidade dos processos avaliativos não reside apenas em questões técnicas, como a dificuldade na obtenção e análise de dados, por exemplo. A complexidade maior é dada pelo valor que se atribui ao processo e pelo impacto que ele deve promover. A FAPAN deve ter presente que toda avaliação deve suscitar reflexão acerca das questões fundamentais que se propõem a responder. E, conseqüentemente, que essas respostas estarão cercadas por juízos de valor. É esse processo sistemático, reflexivo, rodeado pela complexidade, que irá possibilitar a compreensão das características do ambiente universitário, de sua essência e de seus valores, implícita ou explicitamente institucionalizados.
- III. **Avaliação como processo educativo:** para a FAPAN, o processo de avaliação institucional deve superar a discussão do princípio da não-punição ou premiação e instaurar-se a partir de um princípio de função educativa. Essa idéia também é referida por Ristoff (1991:58), quando diz que "há na avaliação uma função educativa que, em muito, sobrepuja no mérito a dualidade do crime e do castigo". O processo avaliativo tem a função de (a) firmar valores, e, portanto, não existe neutralidade em um instrumento de avaliação, seja ele científico-técnico, didático-pedagógico, atitudinal, etc. Eles são resultados de concepções valorativas que a FAPAN já possui, ou quer ver instaladas em dado momento de sua trajetória. Os usos que se pode fazer da avaliação são inúmeros e, portanto, seria inconveniente atrelá-los a princípios de punição ou premiação já que não se inscrevem no vazio de um processo, mas em uma realidade cercada por valores e concepções já alicerçados. A ênfase na função educativa da avaliação e o reconhecimento do seu viés não-punitivo não significam que a avaliação restrinja-se a uma constatação da situação dada, sem efeito prático. A avaliação sem conseqüências é estéril e leva ao próprio esgotamento. Os processos avaliativos devem ser acompanhados por providências efetivas, de modo a extrair das constatações sobre a situação vigente o seu potencial transformador. Como dito pelo filósofo Renato Janine Ribeiro (2004:15), a avaliação "não deve ter um sentido punitivo em seu cerne, mas deve trazer resultados que se expressem em termos de incentivos e de advertências, adequados a cada caso".
- IV. **Avaliação qualitativa e quantitativa:** para a FAPAN, a avaliação institucional combina metodologias quantitativas e qualitativas. As informações existentes nos bancos de dados

institucionais, os levantamentos quantitativos e descritivos são fundamentais e constituem-se como alicerce para um processo de avaliação de qualidade. Sobrinho (2000:215) descreve que “a ênfase qualitativa faz com que os agentes sejam implicados em todos os momentos da ação, desde a construção do projeto, passando pelo seu desenvolvimento, até a conclusão”. A avaliação qualitativa é, portanto, uma metodologia da ação que permite uma intervenção na realidade. Nesse contexto, os processos de avaliação institucional devem comportar, necessariamente, levantamentos quantitativos e qualitativos, a fim de permitir uma visão mais integrada da Instituição. Os processos avaliativos vão além de um exercício de constante levantamento de opiniões e constatações sobre os múltiplos aspectos da vida da FAPAN.

- V. **Avaliação como instrumento de apoio ao planejamento e à tomada de decisão:** articulados ao Plano de Desenvolvimento Institucional, os processos avaliativos devem examinar o desempenho da Instituição nas áreas acadêmica, de infra-estrutura e de tecnologia, observando objetivos e indicadores de resultados, previamente estabelecidos. Os resultados da avaliação devem apontar avanços e deficiências, indicando áreas em que a qualidade necessita ser mantida ou expandida, em que se requerem pequenos ajustes de atividades e em que devem ser promovidas ações corretivas mais relevantes. A avaliação deve garantir a eficiência e eficácia do planejamento institucional e orientar a tomada de decisão dos gestores. É por meio desse processo que a FAPAN pretende avançar rumo aos seus grandes objetivos e ao cumprimento de seu projeto de Faculdade de Negócios.
- VI. **Avaliação como subsídio para o fortalecimento da FAPAN:** a avaliação institucional assume um compromisso com a comunidade, na medida em que tem por objetivo verificar o cumprimento da missão, da visão, da concepção e dos compromissos assumidos pela FAPAN. Esse compromisso torna-se ainda mais evidente para as instituições de ensino superior comunitárias, cuja fundação está alicerçada no interesse da sua região de abrangência. Para Frantz (2002:96), a construção da FAPAN comunitária “deve constituir-se, em si mesmo, num processo pedagógico de aprendizagem e de conhecimento, de qualificação de fatores condicionantes ao desenvolvimento da comunidade que a insere”. Nesse sentido, a FAPAN atribui como um dos princípios que fundamenta o seu Programa de Avaliação Institucional.

- VII. Considerados a concepção e os princípios que orientam o Programa de Avaliação Institucional da FAPAN, é de entendimento que o melhor sentido do processo avaliativo é que seja utilizado para aprimorar o conhecimento das atividades/processos/projetos existente. Dessa maneira, busca contribuir para o planejamento futuro da FAPAN, tendo como pano de fundo o Projeto Pedagógico Institucional.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Atender a Lei que Institui o **SINAES**, construindo institucionalmente a cultura avaliativa e o autoconhecimento sobre a **FAPAN**, através do levantamento de dados, cenários e perspectivas que permitam o aperfeiçoamento das condições de ensino, pesquisa e extensão, dos processos administrativos e burocráticos e, ainda, de convivência institucional e de relacionamento com a comunidade em geral.

3.2 Objetivos específicos

- I. Construir e estimular a adoção de uma postura de autocrítica da comunidade acadêmica.
- II. Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no âmbito do ensino da pesquisa e da extensão entre Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional e Projeto Pedagógico dos Cursos.
- III. Diagnosticar as reais condições proposição e realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão.
- IV. Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no âmbito da missão institucional entre Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional e Projeto Pedagógico dos Cursos e as relações e compromissos formalmente estabelecidas com a comunidade em geral.
- V. Diagnosticar o real relacionamento estabelecido em **FAPAN** e comunidade.
- VI. Estudar, e espelhar as práticas administrativas e financeiras, seus processos e sua ação sobre o planejamento institucional.
- VII. Responder as demandas das comissões externas de avaliação, no contexto do **SINAES**.
- VIII. Produzir conhecimentos e resultados que permitam apoiar a melhoria qualitativa e quantitativa do conjunto institucional em direção a realização de sua missão, suas metas e objetivos.

3.3 - Missão

Conduzir e monitorar o processo de avaliação institucional, construído coletivamente, subsidiando de modo pleno a gestão institucional em suas dimensões políticas, acadêmicas e administrativas, rumo à potencialização e desenvolvimento do seu desempenho.

3.4 - Princípios

- ✓ **Conhecimento** dos diferentes segmentos da FAPAN;
- ✓ **Reflexão** no desenvolvimento das atividades e na coleta, tratamento, análise dos dados e utilização dos resultados;
- ✓ **Decisão** expressando a estratégia de envolvimento dos diferentes sujeitos no processo de avaliação e o próprio desenvolvimento do projeto, com a incorporação das diferentes dimensões objeto da avaliação a partir da sua maior ou menor complexidade

4. JUSTIFICATIVA

A avaliação institucional é hoje um dos temas de maior interesse e foco de conflitos no âmbito da educação superior. Esse interesse deve-se tanto ao seu potencial de transformação, de melhoramento pedagógico e de maior eficácia de gestão, quanto às exigências de regulação da educação, por parte das agências governamentais. Esses motivos também estão na raiz dos interesses que a avaliação institucional suscita no plano internacional, integrando a agenda das IES e ocupando um espaço de ampla importância no campo das políticas públicas para a educação superior.

São diversas as razões que não só justificam, mas torna irrecusável e necessária a utilização da avaliação institucional como instrumento fundamental do planejamento e da gestão das instituições universitárias. A verificação do cumprimento dos objetivos e dos compromissos da FAPAN, a prestação de contas à sociedade da qualidade dos serviços e das atividades desenvolvidas, o acompanhamento das transformações do mundo contemporâneo são alguns dos principais motivos que tornam a avaliação cada vez mais relevante.

Embora cada instituição de ensino superior tenha uma concepção própria de avaliação institucional, embasada nas suas características e na realidade específica, todas reconhecem a sua necessidade e relevância.

Mas, há uma perspectiva de fundo que afeta a própria concepção de avaliação. Ela refere-se a dois grandes modelos de educação superior: um deles privilegia os valores do mercado,

enquanto o outro destaca o papel do público e da contribuição para as transformações sociais.

As instituições caracterizadas pelo modelo dos valores do mercado e dos critérios empresariais de eficiência, produtividade, rentabilidade e competitividade operam dentro da lógica produtivista e mercantil do setor empresarial. A definição de qualidade da FAPAN será dada basicamente em termos da sua eficiência em atender às demandas do mercado. Daí a extrema importância, nessa concepção, de indicadores como o custo de acadêmicos, as taxas de evasão, de ocupação e de ociosidade, a taxa de êxito profissional dos egressos e outros indicadores quantitativos de resultado.

O que está em questão, nessa concepção instrumentalista da FAPAN, não é a qualidade como valor ético-político, não é o critério da participação crítica e democrática, da formação universitária como valor público, mas sim o ajuste da educação ao mercado na sua concepção mais estreita de mensuração e controle da relação custo-benefício em termos estritamente financeiros. Essa concepção, insensível aos valores sociais, passa ao largo da função pública da FAPAN, neutralizando sua função política pela racionalização econômica.

De outro lado, encontram-se concepções de FAPAN que destacam o compromisso com o público e o papel ativo e político do ensino superior no sentido do desenvolvimento e das transformações sociais¹. Aqui, os desafios para o ensino superior são agrupados em três grandes categorias: pertinência, qualidade e internacionalização. Essa perspectiva quer assegurar a liberdade acadêmica, a autonomia e a especificidade institucional da FAPAN, como os princípios subjacentes a qualquer esforço para a melhoria da qualidade.

Entendida a pertinência como o papel e o lugar da educação superior na sociedade, abrangendo sua missão, suas funções, seus programas e seu financiamento, essa concepção da educação superior aponta para uma qualidade assegurada pelo processo de construção e de promoção da democracia e da cidadania. Por sua vez, a qualidade emerge das relações da FAPAN com o mundo do trabalho, com o Estado e com os processos de formação humana e de produção de conhecimentos.

Também aqui a avaliação é fundamental. Mas trata-se de outra concepção de avaliação, com instrumentos e metodologias diferenciados, mais preocupados com o compromisso social da FAPAN do que com a quantificação numérica. Para atender a esse compromisso que, se traduz fundamentalmente na produção de

conhecimentos científicos, estéticos e tecnológicos relevantes para o conjunto da sociedade, os processos avaliativos aliam-se a informações qualitativas e quantitativas que proporcionem leituras mais confiáveis acerca do ambiente. Essa concepção é referida pela UNESCO, como resultado da Conferência Mundial sobre a Educação Superior, realizada em Paris, em 1998.

Além disso, convém destacar que o processo de avaliação institucional, identificando as virtudes e deficiências institucionais mediante a combinação das abordagens quantitativa e qualitativa e destacando a importância do envolvimento e da participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica aponta em direção à busca de melhoria da qualidade das instituições.

Assume o caráter de avaliação prospectiva, integrada ao Plano de Desenvolvimento Institucional, e transforma-se num exercício de construção da FAPAN democrática e da cidadania ativa.

A FAPAN identifica-se com essa concepção, pois se entende como comprometida com a comunidade regional. A relação dinâmica e pró-ativa que a FAPAN mantém com a comunidade, precisam estar em permanente observação. Os processos avaliativos permitem não só que a FAPAN cresça internamente, como também fortaleça as suas relações extra muros.

A FAPAN acredita na avaliação institucional como processo institucionalizado, sistemático, capaz de gerar conhecimento em todas as dimensões da FAPAN.

Portanto, a avaliação adquire papel determinante na continuidade e no aperfeiçoamento de suas práticas diárias que vão além do cumprimento das exigências legais da educação superior, fundamentando-se num projeto de FAPAN democrática, cidadã e comprometida com o desenvolvimento das regiões onde atua.

5. AUTO-AVALIAÇÃO (AVALIAÇÃO-INTERNA)

A auto-avaliação é um dos processos que compõem o Programa de Avaliação Institucional da FAPAN. Desenvolve-se a partir da análise de onze dimensões institucionais:

5.1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

A missão, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional e o PPI – Projeto Pedagógico Institucional são elementos básicos da vida da FAPAN. A missão é a tradução do que a Instituição atribui-se como incumbência diante de suas características, de sua concepção e de seus compromissos.

O PDI indica, de modo abrangente, os desafios assumidos pela FAPAN, bem como a sua projeção futura. É o principal instrumento de planejamento e um importante instrumento de gestão que tem como objetivo servir de subsídio para que toda a FAPAN possa desenvolver-se de maneira ordenada e sistêmica.

As idéias expressas na missão da FAPAN e no seu Plano de Desenvolvimento Institucional devem contribuir para a consolidação dos ideais da FAPAN.

E ciente que deverá ser produtora de saber de qualidade e comprometida com o desenvolvimento da região onde atua. Por sua vez, o Projeto Pedagógico Institucional apresenta o marco referencial e as políticas que o PDI procura concretizar.

Nessa dimensão, busca-se avaliar a relação entre as práticas diárias da Instituição e os ideais expressos em seus documentos oficiais. O objetivo é verificar até que ponto a concepção da FAPAN, sua finalidade, seus compromissos e valores estão sendo entendidos e vivenciados pelas comunidades interna e externa.

Os principais itens de avaliação, nessa dimensão são: o Projeto Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o projeto pedagógico dos cursos.

5.2 Políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão.

A política de ensino da Instituição se propõe a orientar e construir conteúdos relevantes e atualizados com a pesquisa científica, a estimular à inquietação, a dúvida, a provocação de novas idéias e a utilização de novos métodos que comprometam o estudante com os problemas reais da sociedade por meio de uma formação multidisciplinar.

Articulando formação científico-profissional com formação ético-política, a política de ensino da FAPAN pretende provocar, em seus estudantes, tomada de atitude frente a novas situações, tornando-os profissionais politicamente responsáveis e cidadãos comprometidos com a coletividade. O processo ensino-aprendizagem na FAPAN deve auxiliar os acadêmicos a desenvolver conhecimentos sólidos, criatividade, capacidade crítica para questionar e construir uma sociedade que pensa.

A avaliação da pesquisa, no bojo do processo de avaliação na FAPAN, deve ser um instrumento estratégico de elevação da qualidade da produção acadêmica.

Portanto, deve contribuir para incrementar a capacidade institucional de produzir conhecimento de forma crítica bem como verificar a relevância científica, tecnológica, social e econômica da produção acadêmica. Além disso, deve oportunizar indicadores adequados às ações de planejamento e de gestão das atividades institucionais.

Para tanto, a avaliação institucional da pesquisa compreenderá as dimensões do seu desenvolvimento, pelos docentes, grupos, centros e núcleos de pesquisa.

A política de pós-graduação baseia-se na formação de profissionais de alto nível, por meio do desenvolvimento das suas capacidades física, intelectual e moral, visando tanto a modificação individual quanto a integração social do ser humano. Para isso, a FAPAN oferece Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de especializações (acadêmicos, profissionalizantes ou na modalidade de MBA) e aperfeiçoamentos.

Foram estabelecidas as seguintes diretrizes de desenvolvimento da pós-graduação, para nortear as suas atividades e fundamentar as suas ações avaliativas:

- I. Avaliar as demandas regionais;
- II. Priorizar cursos e programas próprios nas diversas áreas do conhecimento; - desenvolver mecanismos de articulação entre a pós-graduação e a graduação;
- III. Incentivar programas interinstitucionais, apenas em áreas consideradas carentes;
- IV. Instituir e consolidar um processo de avaliação para os cursos e programas de pós-graduação;
- V. Incentivar a socialização de pesquisas, por meio de mecanismos de apoio à participação em eventos externos e da sistematização de eventos internos, que visem à socialização do conhecimento;
- VI. Sistematizar parcerias com os setores produtivos e outros;
- VII. Inter-relacionar as diferentes atividades acadêmicas;
- VIII. Atender às necessidades da sociedade em uma realidade de constantes mudanças;
- IX. Compatibilizar aprendizagem com as necessidades e os estilos de vida das pessoas,
- X. Permitir a superação das restrições de tempo e espaço;
- XI. Buscar a consolidação nacional e internacional, na participação de redes e outros tipos de articulação entre instituições, professores e estudantes;
- XII. Sistematizar redes de cooperação interinstitucional;
- XIII. Equilibrar as demandas econômicas e sociais e as propriamente acadêmicas e científicas;

- XIV. Sistematizar novas metodologias de aprendizagem e novos parâmetros de formação profissional a partir das novas tecnologias de informação e comunicação;
- XV. Apresentar rapidez nas mudanças e criatividade no desenho de programas e serviços que respondam às necessidades da sociedade;
- XVI. Enfatizar o empreendedorismo, tanto como tópico de formação dos estudantes quanto como filosofia de gestão institucional.

A política de extensão pauta-se pelo compromisso com a distribuição igualitária da riqueza cultural e material socialmente produzida, contribuindo para o aumento do potencial de liberdade, dignidade e felicidade de cada um.

Esse compromisso realiza-se pela forte convivência com o mundo externo por meio de programas de extensão tanto no sentido da FAPAN à sociedade quanto desta à FAPAN, de forma a recolher as demandas e necessidades dos diferentes setores da comunidade regional e difundir a produção da FAPAN para esses mesmos segmentos.

Entre as diretrizes para o desenvolvimento da extensão, que são consideradas na avaliação, estão:

- I. Priorizar projetos em forma de Programas, com ações e abordagens integradas nas diversas áreas do conhecimento, com vistas ao desenvolvimento regional;
- II. Incentivar programas e projetos que integrem diferentes áreas de conhecimento diferentes segmentos das comunidades acadêmica e regional;
- III. Promover a consolidação dos programas de extensão;
- IV. Apoiar programas e projetos articulados com a pesquisa e o ensino;
- V. Auxiliar na definição das atividades de extensão;
- VI. Aperfeiçoar os processos administrativos e gerenciais ligados à extensão;
- VII. Ampliar parcerias nos diferentes segmentos da comunidade regional;
- VIII. Integrar acadêmicos e apoiar a sua participação nas atividades de extensão por meio de bolsas e/ou estágios curriculares;
- IX. Organizar, manter e administrar um sistema de informações das atividades de extensão;
- X. Instituir e consolidar um processo de avaliação de projetos e programas continuados de extensão.

Nessa dimensão, busca-se avaliar as políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão, bem como as suas respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e às atividades de extensão. Explicita as políticas de formação acadêmica científica profissional e cidadã, de construção e disseminação do conhecimento e de articulação interna.

Entre os itens de avaliação dessa dimensão estão os indicadores de desenvolvimento e impacto social do ensino de graduação e de pós-graduação (*lato sensu*), da pesquisa e da extensão.

5.3 Responsabilidade social

A FAPAN entende que as suas ações sociais devem oferecer oportunidades de crescimento social e intelectual a um número cada vez maior de pessoas, proporcionando melhores condições de vida, de saúde, de educação e contribuir para a vivência plena da cidadania.

Diante disso, o termo “responsabilidade social” é entendido na Instituição a partir de dois sentidos, conforme refere Frantz (2004): o da responsabilidade e o do compromisso com a sociedade. A responsabilidade traz implícita a idéia da obrigação, que está mais para o campo da legislação e das relações legais. Trata-se de uma atribuição que não pode deixar de ser assumida legalmente. Por outro lado, o compromisso implica a noção de cooperação, de movimento social, de relação política, concretizada em todas as atividades da graduação, da pós-graduação, da pesquisa, da extensão e da gestão. A FAPAN sai de seu lugar legal e institucional e vai ao encontro da sociedade, da comunidade na qual está inserida.

Na organização e no funcionamento de uma FAPAN os dois sentidos estão presentes e se realizam, embora possa haver a proeminência de um deles, em determinada circunstância. A proeminência ou não, do sentido da obrigação ou da cooperação, certamente, se reflete na política das relações da FAPAN para com a sociedade. É no campo do compromisso social.

Nessa dimensão, busca-se avaliar a contribuição da FAPAN para a inclusão social, para o desenvolvimento econômico e social, para a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Contemplam-se as ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, à promoção da cidadania, à atenção aos setores excluídos, à transferência de conhecimentos para a sociedade, bem como as relações da FAPAN com os setores público e privado, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas.

Entre os itens de avaliação para essa dimensão está o Balanço Social da FAPAN, capacitação e desenvolvimento de pessoal, educação, cultura, esporte, meio ambiente.

5.4 Comunicação com a sociedade.

Calcado no compromisso com a comunidade e com a realidade regional, a FAPAN busca garantir que seu fluxo de comunicação externa seja cada vez mais eficaz. É de entendimento da Instituição que a comunicação com a sociedade é os processos por meio dos quais os agentes externos obtêm informações pertinentes sobre a Instituição, sobre as mudanças que ocorrem em seu ambiente e, principalmente, sobre a sua contribuição para o desenvolvimento da região em que atua.

Nesse sentido, a excelência nos fluxos da comunicação externa também depende de uma boa estrutura de comunicação interna. Enquanto a comunicação externa visa alcançar o público externo da Instituição (acadêmicos, comunidade, setor público, setor privado, entidades não-governamentais, órgãos da imprensa, fornecedores, entre outros), a comunicação interna é dirigida a todos aqueles que fazem parte das rotinas diárias da FAPAN (professores, técnicos administrativos, entre outros).

A comunicação permite que o público interno mantenha-se informado acerca das ações que a FAPAN pretende desenvolver, tornando-o capaz de agir como um disseminador de informações tanto para seus pares quanto para a sociedade.

Nessa dimensão, busca-se avaliar os fluxos de comunicação interna e externa, bem como a influência que um exerce sobre o outro, a adequação das estratégias de comunicação e a imagem da Instituição nos meios de comunicação. O objetivo é verificar se a comunicação está contribuindo para a legitimidade da atuação da FAPAN (expressa nos documentos da Instituição) perante seus públicos interno e externo.

Entre os itens de avaliação para essa dimensão estão os meios e canais de comunicação internos e externos. Nos meios de comunicação estão compreendidos rádios, televisão, mídia impressa, mídia eletrônica (Intranet, Internet).

5.5 Políticas de pessoal.

As políticas de pessoal na FAPAN buscam expressar seu comprometimento para com o seu corpo docente e técnico-administrativo, por meio de uma remuneração condizente com as responsabilidades e condições da região e do país, do incentivo ao aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional contínuo e sistemático.

Aliado a isso, a Instituição busca, permanentemente, oferecer melhores condições de trabalho e de vida a professores e técnicos, num clima de liberdade e respeito. A FAPAN entende que a definição de uma boa política de pessoal, por intermédio de planos de carreira bem estruturada, é fundamental para o cumprimento de suas metas e de seus objetivos.

Em relação ao seu corpo docente, a FAPAN deverá investir fortemente na capacitação de professores em nível de mestrado e doutorado, fortalecendo e qualificando o ensino, a pesquisa, a extensão e a prestação de serviços. No que diz respeito ao corpo técnico-administrativo, são desenvolvidas múltiplas ações orientadas a formar pessoas qualificadas em todas as áreas de atuação da FAPAN, de forma a garantir o bom funcionamento e um processo de melhoria do desempenho institucional.

Nessa dimensão, busca-se avaliar a adequação dos planos de carreira vigentes na Instituição, os programas de qualificação profissional, os programas de melhoria da qualidade de vida e o clima institucional. Busca-se identificar a satisfação do corpo docente e técnico-administrativo em relação às condições de trabalho e desenvolvimento profissional, oferecidos pela Instituição. Nesse contexto, é importante a percepção do quadro funcional a respeito dos benefícios oferecidos pela Instituição em relação à saúde, à segurança e ao meio ambiente.

Entre os itens de avaliação para essa dimensão estão o plano de carreira do pessoal docente e técnico-administrativo, os programas de qualificação e melhoria da qualidade de vida, o clima institucional e as condições de trabalho do corpo funcional.

5.6 Organização e gestão da IES

A organização e gestão da Instituição expressam o seu caráter democrático e participativo, o respeito à pluralidade de idéias e o compromisso com o desenvolvimento sustentável. O funcionamento e a representatividade dos Conselhos e Colegiados, a autonomia da FAPAN na sua relação com a mantenedora e a adequação dos processos decisórios às características institucionais são aspectos fundamentais nessa dimensão.

Para a FAPAN, a gestão é definida como a atividade cujo objetivo é o de encontrar a melhor maneira de aperfeiçoar os recursos humanos, físicos e financeiros de uma instituição para o cumprimento de sua missão. Nesse sentido, a maneira como a Instituição organiza-se deve objetivar a eficiência e eficácia da sua gestão.

Nessa dimensão busca-se avaliar o funcionamento e a representatividade dos Conselhos e Colegiados, a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade nos processos decisórios, bem como a relação da FAPAN com a mantenedora. O objetivo é avaliar os meios de gestão utilizados para o cumprimento das diretrizes e metas da instituição, expressos em seus documentos, bem como as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas.

5.7 Infra-estrutura física, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

A infra-estrutura física, a biblioteca, os recursos de informação e de comunicação são considerados meios indispensáveis para a efetivação das atividades-fim da Instituição. Devem atender de forma qualificada às necessidades do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão da FAPAN. Para isso, a FAPAN buscar institucionalizar políticas de atualização, conservação, segurança e estímulo à utilização de seus recursos físicos, de suas bibliotecas e de seus laboratórios.

A infra-estrutura física da Instituição compreende todos os espaços onde são desenvolvidas atividades acadêmicas, administrativas, esportivas, recreativas e culturais. Aí estão compreendidas as salas de aula, salas especiais, laboratórios, espaços de convivência, esporte, lazer e cultura. A biblioteca dispõe de estrutura e organização voltadas a atender as exigências das práticas de pesquisa e investigação científica, bem como de recursos de acervo e de comunicação com bases de dados externas. Os recursos de informação e de comunicação possibilitam a interlocução entre a FAPAN e o mundo, por meio de equipamentos de informática adequados.

Nessa dimensão busca-se avaliar a adequação das salas de aula, das salas especiais, das instalações administrativas, das bibliotecas, dos laboratórios, das áreas de esporte e lazer, das áreas de convivência, dos recursos de informática (*hardware* e *software*), entre outros. O objetivo é saber se as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão possuem suporte físico e tecnológico adequado para o cumprimento de suas atividades.

Entre os itens a serem avaliados por essa dimensão estão a infra-estrutura física, as políticas de atualização, conservação, segurança e estímulo à utilização dos recursos físicos, as bibliotecas e os recursos de informática.

5.8 Planejamento e avaliação

O planejamento institucional é considerado um valioso instrumento de gestão voltado à otimização das ações e ao crescimento da FAPAN. Por sua vez, a avaliação tem por objetivo subsidiar o

planejamento e a tomada de decisão da gestão. Nesse sentido, os processos integrados de avaliação e planejamento são compreendidos como indispensáveis às práticas gerenciais da Instituição.

O planejamento das diretrizes e metas da FAPAN está refletido em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e em seus Planos Gerais. Por sua vez, as práticas avaliativas são explicitadas pelo Programa de Avaliação Institucional e pelos Relatórios Analíticos de Avaliação. Ambos os processos constroem-se tanto a partir de uma perspectiva de visão de futuro, quanto de sustentabilidade das ações diárias da Instituição.

Nessa dimensão, busca-se avaliar a adequação e efetividade do processo de planejamento ao Projeto Pedagógico Institucional e aos projetos pedagógicos dos cursos, bem como os procedimentos de avaliação e acompanhamento das atividades da Instituição. O objetivo é verificar a existência e as características da cultura de planejamento e avaliação em todas as instâncias acadêmicas.

Entre os itens de avaliação para essa dimensão estão o Plano de Desenvolvimento Institucional, os Planos Gerais, o Programa de Avaliação Institucional, os Relatórios Analíticos parciais e finais de avaliação.

5.9 Políticas de atendimento a estudantes e egressos.

A FAPAN busca proporcionar aos seus acadêmicos uma preparação acadêmica que, tendo por base o desenvolvimento de um conjunto de competências, habilidades, valores e atitudes, os torne ao mesmo tempo competitivos em sua área de conhecimento e de atuação profissional e cidadãos comprometidos com os destinos da sua região e de seu país. Para isso define políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes.

Para a FAPAN, os egressos devem ser permanentemente informados a respeito do que acontece na Instituição, bem como estimulados a participar desse ambiente. Entende-se a necessidade de integrar cada vez mais os egressos na vida institucional, de reconhecer a importância da sua opinião para a avaliação das atividades desenvolvidas na FAPAN e de ofertar alternativas para um contínuo aperfeiçoamento profissional.

Nessa dimensão busca-se avaliar as políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes, as políticas de participação dos estudantes e egressos na vida da Instituição, os programas de formação continuada e a inserção profissional dos egressos. O objetivo é identificar a integração dos estudantes e egressos à vida acadêmica da FAPAN.

Entre os itens de avaliação para essa dimensão estão as políticas de atendimento aos estudantes e as políticas de acompanhamento dos egressos.

5.10 Sustentabilidade financeira

As ações que norteiam a gestão financeira da Instituição visam à manutenção do equilíbrio orçamentário-financeiro. Buscando atender a necessidades atuais e demandas futuras de recursos para a qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão, a FAPAN adota uma política de descentralização da gestão financeira, coerente com a sua filosofia de democracia participativa e transparência administrativa.

Desenvolver atividades que permitam o equilíbrio financeiro global da Instituição, tanto pela ampliação de receita, como pela adoção de medidas de redução de custos, é uma das diretrizes da FAPAN. Para isso, busca-se adequar a estrutura organizacional às políticas internas e demandas externas, visando à otimização de recursos e, também, firmando parcerias (empresas, governo e órgãos internacionais) que objetivem novas formas de captação de recursos.

Nessa dimensão, são avaliadas as políticas de captação e alocação de recursos, bem como as políticas de aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. O objetivo é verificar a capacidade de gestão e administração do orçamento e a eficiência das políticas e estratégias de gestão acadêmica, com vistas à eficácia na utilização e na obtenção de recursos financeiros necessários ao cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas.

Entre os itens de avaliação para essa dimensão está o orçamento da instituição, os Planos Gerais, as políticas de captação e alocação de recursos.

5.11 Inserção e participação regional.

Um dos compromissos mais marcantes assumidos pela FAPAN é com a realidade da região onde atua e com a participação no processo de desenvolvimento social, cultural e econômico da sociedade. Esse compromisso traduz-se por um perfil institucional definido a partir das características, demandas e necessidades regionais. Nesse contexto, a FAPAN devesse assumir um papel marcante nas comunidades onde estão inseridos, promovendo e incentivando o desenvolvimento social.

A FAPAN conta com presença constante de representantes da comunidade regional em suas instâncias deliberativas. A FAPAN presta inúmeros serviços e firma parcerias com entidades, instituições e empresas da região. Além disso, a FAPAN mantém uma relação direta com

colégios da rede pública de ensino, a fim de garantir a sua inserção e participação regional. As parcerias consolidadas o Centro de Educação Profissional, têm por finalidade o incentivo ao crescimento e desenvolvimento humano da sociedade.

Nessa dimensão, busca-se avaliar a inserção da FAPAN na região onde atua, e os resultados das parcerias estabelecidas. O objetivo é verificar até que ponto a FAPAN é reconhecida pela sua participação na realidade regional, bem como até onde vai a sua contribuição para os objetivos expostos pela sua mantenedora.

6. AVALIAÇÃO EXTERNA.

Os processos de avaliação externa, estabelecidos pelo Ministério da Educação, são importantes para a FAPAN, tanto para a regulação do sistema de educação superior brasileiro, quanto para a promoção da qualificação interna das IES. Nesse sentido, as ações da avaliação interna e da avaliação externa devem ser realizadas de maneira combinada, para que possibilitem um diagnóstico institucional mais completo.

Os resultados expressos pela Avaliação dos Cursos de Graduação, pelo ENADE e pela avaliação dos cursos e programas de pós-graduação são fundamentais para o processo de auto-avaliação da FAPAN. Isso porque, a partir do olhar de agentes externos, confrontado com as considerações dos atores institucionais, é possível que a FAPAN reorienta suas ações nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

6.1 ACG – Avaliação dos Cursos de Graduação.

A ACG – Avaliação dos Cursos de Graduação, que serão realizadas na FAPAN sob a orientação do MEC/INEP, é um processo importante para a avaliação da FAPAN. Nesse sentido, a FAPAN, terá toda preocupação no sentido de acatar todas as orientações descritas nos relatórios de avaliação, com o intuito de manter uma melhora contínua nos cursos de graduação.

6.2 ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

O ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes é um dos processos previstos pelo SINAES, destinado a avaliar o desempenho dos acadêmicos com relação: aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação; ao desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional; ao nível de atualização dos estudantes com referência à realidade brasileira e mundial.

A FAPAN cadastrará os acadêmicos aptos a participarem do Exame conforme as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.

6.3 Avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Os cursos de Pós-graduação *lato sensu* são oferecidos com base em critérios de qualidade, definidos pela FAPAN, em consonância com as exigências legais. Nesse sentido, observa-se especialmente a Resolução n.º 1/2001, do CES/CNE, e a recente Portaria n.º 1.180, do Ministério da Educação.

Para a FAPAN, a grande procura pelos cursos de pós-graduação *lato sensu* aponta claramente no sentido de que há uma demanda por qualificação cada vez maior por parte de profissionais das mais diversas áreas. Paralelo a isso, sente-se a necessidade da existência de um sistema de avaliação permanente, com o objetivo de manter os processos e cursos atualizados, atendendo às demandas existentes e apresentando a qualidade necessária para assim justificar sua necessidade, importância e permanência no contexto da FAPAN.

7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CPAFAPAN.

7.1 Cronograma Geral

Tendo em vista a execução da primeira fase do Programa de Avaliação Institucional da FAPAN, prevê-se o seguinte cronograma:

ETAPA	PERÍODO
Preparação	Até Outubro de 2009
Desenvolvimento	Até Janeiro de 2010
Consolidação	Até Novembro de 2010

7.2 – Cronograma de auto-avaliação

7.2.1 - 1ª etapa: Preparação, Planejamento, Sensibilização.

ITENS PARA AVALIAÇÃO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Preparação		
Criação, Designação e nomeação Comissão.	Direção Geral FAPAN	Até Agosto de 2.009
Criação do Regimento Interno da CPA	Comissão	Até Agosto de 2.009
Planejamento		
Elaboração do projeto de avaliação/SINAES	Comissão	Ate Setembro de 2.009
Definição da composição dos grupos de trabalho	Comissão	Até Setembro de 2.009
Realização de reunião para planejamento da CPA	Comissão e grupo de trabalho	Ate Dezembro de 2.009
Sensibilização		
Realização de reuniões ou debates de sensibilização	Comissão e grupo de trabalho	Até fevereiro de 2.010

Sensibilização da Comunidade acadêmica	Comissão e grupo de trabalho	Até fevereiro de 2.010
Sistematização de demandas/idéias/sugestões oriundas destas reuniões	Comissão e grupo de trabalho	Até Maio de 2.010
Realização de seminários internos para: apresentação do SINAES	Comissão e grupo de trabalho	Até Maio de 2.010

7.2.2 - 2.^a etapa: Desenvolvimento

ITENS PARA AVALIAÇÃO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Desenvolvimento		
Construção de instrumentos para coleta de dados	Comissão e grupo de trabalho	Até Julho de 2.010
Definição da metodologia de análise e interpretação dos dados	Comissão e grupo de trabalho	Até Julho de 2.010
Definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho	Comissão e grupo de trabalho	Até Julho de 2.010
Definição de formato de relatório de auto-avaliação	Comissão e grupo de trabalho	Até Julho de 2.010
Elaboração de relatórios	Comissão e grupo de trabalho	Até Agosto de 2.010
Organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.	Comissão e grupo de trabalho	Até outubro de 2.010

7.2.3 - 3.^a etapa: Consolidação

ITENS PARA AVALIAÇÃO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Desenvolvimento		
Elaboração dos relatórios finais de avaliação pela CPA	Comissão e grupo de trabalho	Até novembro de 2.010
Divulgação dos relatórios finais de avaliação pela CPA	Comissão e grupo de trabalho	Até dezembro de 2.010
Balanco crítico dos resultados da auto-avaliação pela CPA	Comissão e grupo de trabalho	Até março de 2.011
Aguardo da visita da Comissão Externa de Avaliação	Comissão e grupo de trabalho	Até março de 2.011

8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEMO, Pedro. Qualidade e modernidade na educação superior: discutindo questões de qualidade, eficiência e pertinência. *Revista Educação Brasileira*, v. 13, n.º27, Brasília, p. 3580, jul/dez, 1991.

FRANTZ, Walter. O compromisso social da universidade. Palestra realizada no IV Seminário Temático do PAIUNG. Erechim, RS: 08 de julho de 2004.

FRANTZ, W.; SILVA, E. W. *As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias*. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 2002.

GENRO, Tarso. *Público, gratuito e de qualidade*. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/reforma/menu_documentos_tipo.asp?tipo=Artigos>. Acesso em dezembro de 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. O sentido democrático da avaliação. *Cadernos do MEC*, publicação do Ministério da Educação, Brasília, p. 10-15, junho, 2004.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. *Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior*. Florianópolis: Insular, 1999.

SOBRINHO, José Dias. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. III Seminário Temático do PAIUNG: Construção do conhecimento e sociedade. *Anais*. Erechim, 1997, p. 174

TRINDADE, Hégio. Avaliação Institucional no contexto da política nacional de ensino superior. *Anais: Seminário PAIUNG: uma década de avaliação institucional integrada*. Ijuí: maio de 2003.

